



REVISTA DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS

Divisão Jurídica

ISSN 2446-5127

REVISTA DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS (DIVISÃO JURÍDICA)
Publicação semestral do Centro Universitário de Bauru Mantido pela Instituição Toledo de Ensino (ITE)

DIRETORIA EXECUTIVA / Executive Board

Antonio Eufrásio de Toledo Filho / Flávio Euphrásio Carvalho de Toledo

DIREÇÃO / Direction

Vera Maria Regina Casério – Diretora

SUPERVISÃO EDITORIAL / Editorial Supervision

Flávio Euphrásio Carvalho de Toledo

COORDENAÇÃO EDITORIAL / Editorial Coordination

Bento Barbosa Cintra Neto

CATALOGAÇÃO / Cataloguing

Marcia Perez Viana – Biblioteca Rui Barbosa

CONSELHO EDITORIAL / Editorial Board

Prof. Cícero Krupp da Luz

Faculdade de Direito do Sul de Minas

Prof. Dr. Eduardo Andrés Velandia

Universidad Libre de Colômbia

Profa. Dra. Eliana Franco Neme

Instituição Toledo de Ensino - Bauru/SP

Prof. Dr. Flávio Luis de Oliveira

Instituição Toledo de Ensino - Bauru/SP

Prof. Dr. Gilson Delgado Miranda

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Haideer Miranda Bonilha

Facultad de Derecho de la Universidad de Costa (Costa Rica)

Prof. Dr. Marcelo Labanca Corrêa de Araujo

Universidade Católica de Pernambuco

Profa. Dra. Patrícia Miranda Pizzol

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Pietro de Jesús Lora Alarcón

Instituição Toledo de Ensino Bauru/SP

Prof. Dr. Roberto Romboli

Università de Pisa

Prof. Dr. Rodrigo Perez Lisisic

Universidade de Atacama

Prof. Dr. Rogelio Barba Alvarez

Universidad de Guadalajara

Profa. Dra. Soraya Regina Gasparetto Lunardi

Universidade do Estado de São Paulo

Prof. Dr. Vladimir Brega Filho

Universidade Estadual do Norte Pioneiro

FICHA CATALOGRÁFICA

Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos : Divisão Jurídica. Instituição Toledo de Ensino. -- n. 1 (1966) - . -

- Bauru, SP : a Instituição, 1966- v.49, n.63

Semestral - ISSN 2446-5127

1. Direito – periódico I. Instituto de Pesquisas e Estudos.
II. Instituição Toledo de Ensino Ensino - CDU 340

CDD - 340

EDITE – Editora da Instituição Toledo de Ensino

Praça 9 de Julho, 1-51, Vila Pacífico | 17050-790 | Bauru/SP | Brasil Disponível
para acesso integral e gratuito no endereço: ojs.ite.edu.br/ www.ite.edu.br

Indexação: CCN, RBVI, Ulrich's, Latindex, Library of Congress, IES (nacionais e internacionais)

NOTA: Os trabalhos assinados exprimem conceitos da responsabilidade de seus autores, coincidentes ou não com os pontos de vista da redação da Revista.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS: Proibida a reprodução total ou parcial, sem a prévia autorização da Instituição, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos ou videográficos. Vedada a memorização e/ou recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de quaisquer partes desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e §§, do Código Penal, cf. Lei nº. 6.895, de 17-12-1980) com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 122, 123, 124 e 126, da Lei nº. 5.988 de 14-12-1973, Lei dos Direitos Autorais).

6 EDITORIAL

DOCTRINA INTERNACIONAL

- 9 EL CONTROL DE CONVENCIONALIDAD EN LA JURISDICCIÓN ECUATORIANA Y SU APLICACIÓN EN LA CONSULTA DE NORMA- ANÁLISIS DE LA SENTENCIA N 004-14-SCN-CC

Controle de convencionalidade na jurisdição no Equador e sua aplicação padrão de consulta e análise do juízo no. 004-14-scn-cc.

WENDY MOLINA ANDRADE

DOCTRINA NACIONAL

- 32 O DIREITO A INFORMACAO E A CONSTRUCAO DA DEMOCRACIA.

The right to information and construction of democracy

Amanda Caroline Santos

Tatiana Stroppa

- 116 ATIVISMO JUDICIAL E PAPEL SOCIAL DO JUIZ: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO CONTEMPORANEO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Judicial activism and the judge's social role: the contemporary brazilian judiciary power performance analysis

Antonio Celso Baeta Minhoto

Cristiane Vieira de Mello e Silva

- 139 DO EUROCENTRISMO À OCIDENTALIZAÇÃO: ITINERÁRIOS DA ESTRUTURA SÓCIO-JURÍDICA LATINO-AMERICANA DE EXCLUSÃO DO OUTRO

The eurocentrism of westernization: itineraries of socio-legal framework latin american exclusion of the other

Cícero Krupp da Luz

159 ENTRE POLÍTICA E NORMATIVIDADE-CONSTITUCIONALISMO DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA NA ERA DAS CONSEQUÊNCIAS

Between policy and normativity - constitutionalism fundamental rights and democracy in the age of consequences

Eduardo Henrique Lopes Figueiredo

192 DA INCLUSÃO SÓCIO-EDUCACIONAL DO SURDO ATRAVÉS DA LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS

Inclusion social and educational the deaf through brazilian sign language

Jamile Coelho Moreno

204 OBJETOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Action objects civil public in Brazilian legislation

Rui Carvalho Piva

Flávio Luís de Oliveira

221 NORMAS DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS

Presentación normas de papel
Standards paper submission

Editorial

Prezados leitores, observando o direito constitucional e as garantias constitucionais para o acesso ao direito e à Justiça, linhas de pesquisa dos cursos *Strictu Sensu*, sempre com a intenção de promover a produção científica e cultural em nosso país, especialmente na nossa graduação e pós-graduação, publicamos o número 63 da nossa revista.

Começamos este número com um artigo do Equador no qual se reflete sobre a efetividade do direito constitucional em face dos direitos humanos internacionais.

Seguimos com um trabalho sobre o direito à informação como forma de construção da democracia.

Continuamos com um artigo sobre a função social do Juíz no exercício de sua atividade como instrumento de realização de políticas públicas.

Na sequência, trazemos um trabalho sobre a visão da concepção sócio-jurídica do sujeito de direitos no mundo globalizado atual em face do olhar crítico da ocidentalização dos costumes.

Em seguida, trazemos um trabalho que aborda a relação entre a política e a normatividade para a realização da democracia.

Apresentamos um trabalho sobre inclusão e a “igualdade de oportunidades” através dos surdos pela “educação para todos” de forma efetiva.

Chegamos ao último artigo deste número que apresenta um estudo sobre o objeto da ação civil pública que permite abrigar direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Até o próximo semestre.

Saudações Iteanas.

Bento Barbosa Cintra Neto
Editor